

## Estratégia de Desenvolvimento Local

|                   |                                                                                          |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| NOME BENEFICIÁRIO | ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura                                 |
| NIFAP             | 7169021                                                                                  |
| DESIGNAÇÃO        | ADAE RURAL 2030                                                                          |
| OPERAÇÃO          | <b>10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL</b> |

### 1. Enquadramento

Este documento apresenta, de forma integrada, os principais elementos que sustentam a apresentação da candidatura da parceria liderada pela Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura (adiante designada por Parceria ADAE), respondendo aos requisitos fixados no aviso n.º 02/Operação 10.1.1/2023 do PEPAC 23-27. A estrutura adotada corresponde à que é definida na secção 2.5 da Orientação Técnica Específica N.º 174 / 2023 e desenvolve alguns dos conteúdos que são introduzidos no formulário de candidatura, que é limitado na dimensão e formato.

Atente-se, especialmente, que a Estratégia de Desenvolvimento Local proposta é abrangente, para todo o território, tendo por base o diagnóstico e a perspetiva de desenvolvimento concertada entre os Parceiros ao longo do processo de trabalho colaborativo que foi desenvolvido, pelo que aponta para domínios de ação que não são da esfera de intervenção do DLBC Rural. Alguns dos instrumentos complementares (especialmente no Programa Centro 2030, com apoio FEDER e FSE+: PROVERE, Parcerias para a Coesão Não Urbana, ITI CIM Região de Leiria) serão referenciados neste documento.

Deve realçar-se que este trabalho conjunto dá continuidade ao processo de cooperação entre os parceiros da ADAE em matéria de desenvolvimento local, prolongando as dinâmicas de períodos de programação anteriores e, em especial, à preparação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local Costeira para o período 2021-2027, já aprovada neste ano de 2023 pelo Programa Mar 2030 (FEAMPA).

### 2. Caracterização do território

O território de intervenção proposto pela Parceria ADAE Rural 2030 insere-se na NUTS II Região Centro, sub-região NUTSIII – Região de Leiria e corresponde a 32 das 33 freguesias dos concelhos da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós. As freguesias integradas são identificadas na secção 4 (Abrangência Territorial) do formulário de candidatura, no qual se fundamenta também a inclusão de duas uniões de freguesias não rurais (designadamente União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e União de Freguesias de Parceiros e Azoia, já reconhecidas e trabalhadas em períodos de programação anteriores.

É um território com características muito distintas:

- ✓ Do ponto de vista físico, a altitude varia entre os 0 metros (litoral) e 615 metros (serras de Aire e Candeeiros). A maior parte do território está integrado na bacia do Lis. Destaque também para o rio Lena (afluente do rio Lis) que intersesta o concelho de Porto de Mós, Batalha e Leiria. O território é caracterizado por uma grande diversidade de recursos (agrícolas, florestais, marítimos).
- ✓ A população residente é de 180.161 habitantes (Censos 2021, com forte concentração nas sedes de concelho e ao longo das principais acessibilidades. Apesar da existência de dois aglomerados urbanos de escala superior (Leiria e Marinha Grande), destacam-se as características rurais e a elevada concentração de população em lugares não urbanos.
- ✓ Do ponto de vista económico, o território está inserido numa sub-região (NUTS 3 Região de Leiria) que contribui com 2,5% do PIB nacional (4,3 mil milhões €) e possui um PIB per capita de cerca de 17.000 € (ligeiramente superior à média nacional). Os sectores que mais contribuem para o valor acrescentado bruto são o setor terciário (63% do VAB e 51% do emprego total) e o sector secundário (35% do VAB e 36% do emprego total). O setor primário contribui com um valor de 2,4% do VAB e 12% do emprego total da região.
- ✓ As principais produções agrícolas são fruticultura, horticultura, olival, produção de azeite, mel a par da produção agropecuária e indústria transformadora da produção primária

### 3. Caracterização da parceria

### 3.1. Identificação dos Parceiros

As entidades que integram a Parceria ADAE2030 são identificadas na secção 5 (Parcerias / Entidades envolvidas) do formulário de candidatura, apresentando-se também a informação e a documentação de cada uma delas, conforme requerido pelo aviso.

No total, trata-se de envolver 47 entidades, de diversa natureza, sendo mais de 70% dos parceiros de natureza privada, com atividade económica efetiva, conforme descrito no formulário de candidatura, realçando-se as seguintes informações:

- A Parceria ADAE 2030 corresponde à continuidade e consolidação de um processo colaborativo entre diversas entidades da Alta Estremadura, que integram o GAL há vários anos, estendendo a sua intervenção às áreas do desenvolvimento rural e costeiro (foi, já este ano, aprovado o GAL e o DLBC Costeiro ADAE 2030, apoiado pelo Programa Mar (FEAMPA).
- A Parceria é diversificada, incluindo representantes de vários domínios fortemente implicados na EDL que se pretende implementar, sendo que uma maioria dessas entidades são de natureza privada-económica. Referimos, ainda, que, face ao período de programação anterior (DLBC Rural 2020), há um aumento da representatividade setorial e do número de parceiros.
- Efetivamente constata-se que a parceria ADAE 2030 conta agora com um aumento significativo do nº de parceiros (passou de 32 parceiros do quadro anterior, para 47 no processo atual) a par de um reforço da representatividade setorial, no que se refere à agricultura biológica e apicultura, no setor agrícola, à diversificação dos setores da cultura e património, nomeadamente com o estabelecimento de parceria com confrarias gastronómicas, museus, IPDJ, associações de artesãos, associações culturais. Relewa-se ainda o incremento da parceria com entidades ligadas ao turismo, nomeadamente com a AHRESP, com delegação em Leiria e com a Associação para a promoção do Turismo de S Pedro de Moel. Reforço ainda da parte social, com entidades com intervenção a nível da deficiência e da igualdade de oportunidades e não discriminação, bem como de entidades ligadas ao empreendedorismo e Inovação, nomeadamente a STARTUP Leiria
- Na secção 6 deste documento detalha-se o conjunto de mecanismos de interação e momentos de trabalho em comum realizados, evidenciando o elevado grau de envolvimento. Este é, ainda, demonstrado pelo modelo organizacional adotado, que valoriza a participação efetiva dos parceiros na condução da EDL, dando voz a todos os parceiros.
- A Parceria ADAE Rural 2030, é uma parceria dinâmica, diversificada, ativa, participativa e que envolve efetivamente 47 parceiros de diversos setores, três dos quais com responsabilidade de Gestão de Fundos e programas (como é o caso da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, da Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura e da Turismo do Centro).

### 3.2. Modelo organizacional

O modelo de governação da Parceria ADAE RURAL 2030, caracteriza-se pela participação dos agentes locais na tomada de decisões e assenta na existência de uma **entidade gestora, a ADAE**, um órgão deliberativo - **Assembleia de Parceiros (AP)** e um órgão executivo – **Órgão de Gestão (OG)**, conforme regulamento da Parceria. Esta estrutura de gestão assegura a participação ativa de todos os parceiros no acompanhamento e monitorização da atividade da Parceria, e estabelece a segregação de funções técnicas e de decisão, para a gestão dos fundos públicos.

A composição da parceria envolve 47 entidades, representativas de vários setores socioeconómicos, públicos e privados, bem como entidades públicas de influência no território, cujo papel ativo no desenvolvimento local é inegável.

#### Assembleia de Parceiros

A Assembleia de Parceiros da EDL (adiante designada AP), integra todos os parceiros do GAL que subscreveram o protocolo de parceria ADAE RURAL 2030, através das cartas de adesão à parceria e constitui-se como um órgão deliberativo da parceria e de acompanhamento da EDL no âmbito da iniciativa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). A AP tem as seguintes competências: assegurar a participação dos parceiros na implementação, no acompanhamento e na avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) definida e, se necessário, promover a sua alteração; cumprir com os normativos e recomendações decorrentes da aplicação do Desenvolvimento Local.

#### Órgão de Gestão (OG)

O Órgão de Gestão é composto por 5 elementos (1 presidente e 4 vogais), sendo que o Presidente é por inerência o presidente da Direção da entidade Gestora da parceria (neste caso, a ADAE) e representa o

universo de parceiros públicos e parceiros privados, de forma a assegurar uma representação equilibrada neste órgão, dando cumprimento ao definido pelas normas comunitárias e nacionais. Este Órgão de Gestão, é, na sua maioria, composto por entidades coletivas de direito privado, com as competências definidas no regulamento interno, que asseguram a prossecução dos objetivos, de acordo com a Estratégia de Desenvolvimento Local definida para este Programa, ou seja: participar técnica, financeira e administrativamente na execução do Programa e fiscalizar a correta aplicação da comparticipação comunitária da ADAE para o seu Território de Intervenção; exercer o seu poder de decisão relativamente às candidaturas apresentadas; cumprir e fazer cumprir os normativos nacionais e comunitários aplicáveis, analisar e decidir os projetos tendo por base os regulamentos específicos, para cada tipologia de ações/medidas.

É ao Órgão de Gestão que compete tomar as decisões no sentido de garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e gestão da EDL, nomeadamente aprovação, recusa, não aprovação, anulação ou suspensão dos projetos apresentados, com base nos pareceres emitidos pela Estrutura Técnica, de acordo com os regulamentos e orientações técnicas da Autoridade de Gestão do PEPAC, devendo aplicar-se a regra estatutária que rege este Órgão.

São realizadas periodicamente reuniões do Órgão de Gestão, que possui plenos poderes para desempenhar as tarefas relacionadas com a execução do Programa, tendo ainda em conta as normas emanadas pela Autoridade de Gestão.

O Órgão de Gestão será apoiado por uma Estrutura Técnica Local (ETL) que se constitui como uma equipa técnica multidisciplinar, cujas composição e funções são as seguintes: 1 Coordenador responsável pela gestão técnica e financeira; 4 RH de Análise técnico-financeira/contabilidade com Licenciatura em Economia/Agronomia e RH Animação/Administrativos com Licenciatura em Marketing e Secretariado.

#### **4. Diagnóstico da situação do território**

Esta secção inclui uma síntese de diagnóstico do território, complementando a matriz de análise SWOT que é apresentada no formulário de candidatura.

Apesar do envelhecimento da população e das fragilidades associadas (focos de isolamento, aumento dos níveis de pobreza), trata-se de um território atrativo (rede de equipamentos, oferta de emprego), inclusive de populações migrantes. A criação de emprego nos espaços rurais, ligado ao pequeno comércio ou ao turismo, abre oportunidades para a fixação e a melhoria da qualidade de vida da população. Estas serão essenciais para contrariar o desinteresse dos mais jovens pelas atividades no espaço rural e a pressão para a emigração.

No que respeita à economia e emprego, destaca-se a dinâmica industrial (apenas pontualmente relacionada com o setor primário) e a capacidade empreendedora. A existência de mercados locais e a valorização crescente das produções locais de qualidade são pontos fortes, essencialmente das produções primárias. No entanto, subsistem fragilidades no setor primário ao nível da qualificação e disponibilidade de ativos, do investimento, da inovação, da produtividade e ainda ao nível da organização dos produtores. Pesem embora as dificuldades associadas às políticas (p. ex. de emprego) e à sua operacionalização (p. ex. acesso a financiamento por microempresas), ao aumento dos custos de produção (p. ex. energia), reconhecem-se oportunidades para o robustecimento do cluster agroflorestal (e fertilização com outros clusters), por um lado, mobilizando políticas e investimento público de apoio à economia, inovação e empreendedorismo e, por outro, valorizando a proximidade aos mercados, a aplicação de regimes de qualidade e a exigência dos consumidores (qualidade e singularidade dos produtos). Também as atividades turísticas podem beneficiar destas oportunidades.

A diversidade e riqueza dos recursos naturais e culturais traduz-se em condições favoráveis à produção agrícola, mas também ao desenvolvimento de produtos turísticos específicos (turismo ativo, turismo cultural, gastronomia...), ainda que nem sempre sejam devidamente valorizadas (problemas ambientais ligados às pecuárias, défice de oferta de serviços de animação e de restauração diferenciada/valorizadora dos produtos locais, falta de uma estratégia integrada de gestão e valorização dos recursos,...). Neste contexto, as oportunidades abertas por fundos de apoio à valorização do património natural e cultural, pela tendência de valorização crescente de experiências turísticas de imersão na cultura local ou ainda ao nível da gestão dos ecossistemas e o processo de concertação entre GAL na região para o reconhecimento do Geoparque Aire & Candeeiros deverão ser potenciadas, aproveitando para combater problemas ambientais e de ordenamento do território (contaminação e assoreamento de linhas de água, degradação de ecossistemas, pressão urbana...) bem como de degradação do património cultural (material e imaterial).

Ao nível da produção, infraestruturas e serviços básicos, destaca-se a adequada rede de equipamentos, as acessibilidades, as infraestruturas de telecomunicações e também, no setor agrícola, a presença de

sistemas de irrigação eficientes. As principais fragilidades sentem-se nos serviços de transporte coletivo e na reduzida cobertura de estruturas de apoio social em alguns espaços. Entre as oportunidades destacam-se as perspetivas de melhoria nos transportes coletivos (modernização ferroviária, PART, ...) e os fundos estruturais que podem beneficiar a atividade económica. Por outro lado, o Politécnico de Leiria constitui um potencial de qualificação e inovação relevante. Identificam-se algumas ameaças associadas ao desordenamento do território, ao incremento dos preços da habitação que penalizam o acesso (sobretudo dos mais jovens) à habitação e ao agravamento das condições de acesso à saúde e a outros serviços básicos.

No domínio da sustentabilidade e clima, o território apresenta condições favoráveis para várias atividades (das turísticas às apícolas) embora persistam problemas que comprometam sua sustentabilidade (poluição hídrica e atmosférica, risco de incêndio aumentado pela falta de ocupação do solo, ...). A possibilidade de desenvolvimento de produtos/serviços baseados em cadeias curtas de fornecimento e numa abordagem de economia circular, associada à procura crescente de produtos (incluindo turísticos) associados a modelos e estilos de vida saudáveis e sustentáveis e à disponibilidade de fundos estruturais de apoio à antecipação das alterações climáticas criam oportunidades relevantes. Estas devem contribuir para fazer face às vulnerabilidades do território em termos de incêndios florestais, períodos prolongados de seca, perturbação do calendário florístico e outras alterações nos ecossistemas rurais, desordenamento do território, ...

O acesso favorável a infraestruturas de telecomunicações e banda larga e a capacidade empreendedora e condutora de inovação na indústria 4.0 constituem-se como pontos fortes para a transição energética e digital, apesar dos défices de inovação na agricultura, das baixas qualificações para a transição digital em alguns setores e dos défices de eficiência energética nas empresas e nos edifícios. As oportunidades associadas aos fundos estruturais de apoio a esta transição e a projetos inovadores na área da produção e consumo de energia deverão ser aproveitadas de modo a mitigar as ameaças, nomeadamente associadas a efeitos da mudança climática ou, mais especificamente, às condições de elegibilidade daquele tipo de financiamento que limitam alguns beneficiários.

No que respeita à governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil, releva-se o dinamismo associativo e o capital de confiança na ADAE e no trabalho em parceria, embora persistam fraquezas relacionadas com a capacidade organizacional e financeira do Estado e com a cultura de cooperação de algumas instituições locais. Situações específicas de exclusão social (p. ex. relacionadas com envelhecimento e saúde mental) ou, em termos mais globais, a falta de uma marca identitária abrangente e reconhecida externamente e de uma programação cultural/turística integrada são também debilidades deste território. Neste campo, as oportunidades assentam na capacidade do tecido empresarial ou do Politécnico de Leiria para a qualificação e a inovação, na articulação das DLBC rural e costeira e das respetivas parcerias com base institucional comum, valorizando metodologias de trabalho inovadoras e assentes na proximidade com a comunidade. A exploração dessas oportunidades deverá contribuir para mitigar os efeitos do envelhecimento e, por outro lado, o desinteresse dos jovens pelas atividades do espaço rural, condições que ameaçam a sustentabilidade do desenvolvimento deste território.

## **5. Quadro estratégico: enfoques temáticos e objetivos**

Esta EDL de Base Comunitária deve responder aos desafios do mundo rural na Alta Estremadura no quadro geral da Política Agrícola Comum (PAC), sem prejuízo das articulações, que referiremos adiante, com outras políticas e instrumentos públicos. O Plano Estratégico da PAC (PEPAC) preconiza que, para reforçar o tecido socioeconómico das Zonas Rurais, as EDL se orientem para atingir o seu objetivo específico OE8 - Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no sector da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.

Neste quadro, e partindo do diagnóstico apresentado na secção anterior, os desafios do desenvolvimento local para os territórios rurais da Alta Estremadura podem ser organizados em dois âmbitos:

- Como garantir a criação e a fixação de valor nas comunidades rurais?
- Como atrair e fixar, no território, residentes, visitantes, empreendedores e trabalhadores?

Para responder a tais desafios (e também às necessidades identificadas), os membros da Parceria ADAE convergiram na adoção, para a sua EDL, de dois objetivos gerais:

- Objetivo 1: Promover a competitividade das atividades económicas ligadas ao espaço rural, em sentido amplo, abrangendo todo o ciclo, da produção ao consumo, e adotando a perspetiva de economia-sociedade circular que caracteriza o mundo rural.

- Objetivo 2: Fortalecer a identidade, a autoestima e a coesão social e territorial na Alta Estremadura, estimulando a responsabilidade social territorial das empresas e organizações, inseridas ou não nas cadeias produtivas rurais.

Estes objetivos serão promovidos através da adoção de dois Eixos Estratégicos, abrangendo quatro focos temáticos de natureza integrada (e não setorial), que por sua vez são declinadas em diversos objetivos mais específicos e áreas de intervenção:

- Para responder ao desafio da competitividade, a EDL organiza-se no **Eixo +Valor**: um território rural com valor acrescentado, da produção ao consumo, com dois enfoques temáticos:

Enfoque 1: Criação de valor no território a partir da diversificação das atividades de exploração sustentável de recursos endógenos e ativos territoriais, fortalecendo as fileiras da agricultura, agroalimentar, floresta e turismo. Tem os seguintes objetivos e áreas de intervenção:

- a. apostar na geração de valor a partir da grande variedade de recursos e produtos, disponíveis e potenciais, entendendo esta diversidade como uma vantagem competitiva, por contraponto a estratégias de especialização excessiva num número limitado de ativos;
- b. promover atividades económicas com maior potencial de valorização desses ativos e diversificação da base económica rural, como a agricultura e toda a fileira agroalimentar, a exploração multifuncional da floresta, o turismo em espaço rural, a produção artesanal e os pequenos negócios de comércio e serviços de apoio às atividades agroflorestais, entre outras, promovendo a criação de emprego, gerando riqueza e fixando população.

Enfoque 2: Integração de toda a cadeia de valor, da produção ao comércio e consumo, apostando na inovação de processos e produtos e na consolidação de uma imagem de marca distintiva do território. Integra os seguintes objetivos e áreas de intervenção:

- a. apoiar a exploração de mercados, de proximidade ou longínquos, otimizando e diversificando os canais de promoção e escoamento de produtos frescos ou transformados, incluindo a criação de cadeias curtas, parcerias com o comércio e distribuição e os setores HORECA;
  - b. promover a inovação, através do apoio à criação de serviços mais avançados, como a valorização de resíduos para a economia circular, o design de produto e embalagem, o marketing digital e a logística (empresarial, integrada e inversa) e da aposta em projetos-piloto de transição inteligente na exploração de ativos tradicionais, incluindo a criação de projetos-piloto de smart villages e a geração de valor através da articulação da economia do mar com a economia rural;
  - c. promover e divulgar a paisagem, a produção, o comércio, o artesanato e a gastronomia locais, consolidando uma imagem de marca distintiva deste “território alimentar”;
- Ao nível da coesão social e territorial, a EDL organiza-se no **Eixo +Capaz**: território rural responsável, com os seguintes enfoques temáticos:

Enfoque 3: Animação do território, promovendo a responsabilidade social territorial das organizações, a capacitação dos agentes e a inclusão social. Integra os seguintes objetivos e áreas de intervenção:

- a. dinamizar o território do ponto de vista social e institucional, apoiando
  - a cooperação e o associativismo no mundo rural, incluindo as organizações que estão focadas nas atividades económicas, na ação social para a inclusão ou para a igualdade, na dinamização cultural e desportiva ou na conservação da natureza
  - iniciativas em rede para a capacitação das organizações e das pessoas, com especial incidência na promoção do conhecimento e práticas sociais, económicas e ambientais responsáveis, incluindo a perspetiva da promoção de uma vida saudável física e mentalmente;
  - a cooperação entre grupos de ação local, em Portugal e com outros países europeus, no sentido da partilha de boas práticas e da otimização de recursos, gerando áreas de trabalho em comum e dinamizando redes temáticas; um exemplo concreto é o da criação e reconhecimento do Geoparque de Aire & Candeeiros, envolvendo os GAL ADAE, ADIRN, LEADER OESTE e APRODER;
- b. estimular as melhores práticas de responsabilidade social territorial nas organizações e empresas da região ao nível das condições de trabalho, promoção da igualdade de oportunidades, conciliação da vida profissional e familiar, do seu relacionamento com os

fornecedores e clientes (preços justos, estabilidade contratual, garantia de qualidade, circularidade dos fluxos de mercadorias, valorização dos produtos de proximidade), da participação em processos de animação sociocultural (apoio a iniciativas coletivas, ao associativismo, ao voluntariado e à promoção do património cultural material e imaterial) e da adoção de soluções ambientais e energéticas sustentáveis;

- c. promover a inclusão e a cidadania das pessoas com deficiência, através da implementação de projetos simultaneamente valorizadores das suas competências e com fins terapêuticos;
- d. atrair e fixar população no meio rural, através da geração de oportunidades profissionais e da disponibilização de serviços para a qualidade de vida, visando a satisfação pessoal e social dos residentes

Enfoque 4: Gestão sustentável dos recursos e do território. Tem o seguinte objetivo e áreas de intervenção:

- a. difundir práticas de gestão sustentável dos espaços agrícolas e florestais e dos recursos naturais, contribuindo para a preservação e valorização da paisagem e do património natural;

Como veremos adiante, para a intervenção em algumas destas áreas são evidentes as complementaridades e articulações que se podem estabelecer entre o DLBC e outros instrumentos de financiamento e política.

Na matriz seguinte relacionam-se as diversas áreas de intervenção que declinam os focos temáticos com as necessidades principais definidas para as EDL, permitindo uma melhor compreensão das opções estratégicas apresentadas na secção 7 (Desafios da Macro estratégia) do formulário de candidatura. No formulário são também evidenciadas as necessidades complementares a que a EDL responde. Note-se que, atendendo à natureza composta dos focos temáticos, é natural que haja muitas relações identificadas nesta matriz que, não sendo centrais, podem considerar-se significativas.

#### RELAÇÃO ENTRE ENFOQUES TEMÁTICOS, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E NECESSIDADES PRINCIPAIS

| EIXOS E<br>ENFOQUES TEMÁTICOS<br>Áreas de Intervenção | + VALOR: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO |                 |                 |                 |              | + CAPAZ: RESPONSABILIDADE SOCIAL TERRITORIAL |                              |                 |                           |                              |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------|----------------------------------------------|------------------------------|-----------------|---------------------------|------------------------------|
|                                                       | VALOR NA PRODUÇÃO               |                 | VALOR NA CADEIA |                 |              | ANIMAÇÃO                                     |                              |                 |                           | GESTÃO                       |
|                                                       | (a)<br>Ativos                   | (b)<br>Fileiras | (a)<br>Mercados | (b)<br>Inovação | (c)<br>Marca | (a)<br>Redes                                 | (b)<br>Responsa-<br>bilidade | (c)<br>Inclusão | (d)<br>Oportu-<br>nidades | (a)<br>Sustentabili-<br>dade |
| <b>Necessidades Principais</b>                        |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |
| PTOE8N1 (COE8N3/<br>AOE8N3/ MOE8N6)                   |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |
| PTOE8N2 (COE8N4/<br>AOE8N5/ MOE8N4)                   |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |
| COE8N1                                                |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |
| COE8N2                                                |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |
| COE8N5                                                |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |
| COE8N7                                                |                                 |                 |                 |                 |              |                                              |                              |                 |                           |                              |

A necessidades principais propostas são as seguintes:

- PTOE8N1 (COE8N3/ AOE8N3/ MOE8N6) - Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais);
- PTOE8N2 (COE8N4/ AOE8N5/ MOE8N4) - Incentivar a bioeconomia e economia circular;
- COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado
- COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores;
- COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer;
- COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros;

Os focos temáticos e áreas de intervenção adotados, apesar de abrangentes, correspondem a escolhas e respondem a necessidades concretas. Nesse sentido, como veremos, não pretendem contribuir para todos os resultados genéricos que são propostos no aviso n.º 02/Operação 10.1.1/2023 do PEPAC 23-27, mas apenas àqueles que correspondem aos enfoques desta EDL (cf. secção 8 deste documento e formulário de candidatura).

A aposta numa estratégia integrada, tanto ao nível dos seus instrumentos como da articulação com estratégias sub-regionais e regionais (cf. secção 7 deste documento), implica uma grande necessidade de garantir a coerência entre instrumentos de financiamento, designadamente os que se apresentam na tabela da página seguinte. Esta implica uma atitude de articulação permanente e proativa junto das entidades responsáveis pela gestão de instrumentos de política complementares.

Mais concretamente, as complementaridades referidas são:

- PR Centro 2030 (FEDER e FSE+):
  - Parcerias para a Coesão não Urbana (valorização de recursos locais, através da dinamização dos territórios e da promoção do empreendedorismo rural).
  - ITI CIM Região de Leiria (serviços de interesse geral e mobilidade flexível para os territórios rurais, apoio ao empreendedorismo, incentivos de base territorial, valorização do património cultural e natural, criação de destinos turísticos locais, proteção civil/floresta).
  - PROVERE (valorização de recursos endógenos).
- Plano de Recuperação e Resiliência:
  - Componente C8: Florestas
  - Componente C12: Bioeconomia Sustentável.
- DLBC Costeira (FEAMPA):
  - Reforço da competitividade e do emprego
  - Gestão sustentável dos recursos naturais
  - Desenvolvimento sociocultural nas comunidades
  - Capacitação dos atores locais
- PEPAC (FEADER), de uma forma geral.

|                                                       |                  | Parcerias para a Coesão não Urbana (PR Centro 2030) | ITI CIM Região Leiria - Eixo 1 (PR Centro 2030) | ITI CIM Região Leiria - Eixo 3 (PR Centro 2030) | PROVERE (PR Centro 2030) | PRR - Componente C8: Florestas | PRR - Componente C12: Bioeconomia Sustentável. | DLBC Costeiro | PEPAC (outros eixos) |
|-------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------|---------------|----------------------|
| <b>+ VALOR</b><br>DA PRODUÇÃO AO CONSUMO              | Ativos           |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Fileiras         |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Mercados         |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Inovação         |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Marca            |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
| <b>+ CAPAZ</b><br>RESPONSABILIDADE SOCIAL TERRITORIAL | Redes            |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Responsabilidade |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Inclusão         |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Oportunidades    |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |
|                                                       | Sustentabilidade |                                                     |                                                 |                                                 |                          |                                |                                                |               |                      |

## 6. Envolvimento das comunidades locais e constituição da parceria

A dinamização da Parceria ADAE Rural 2030 no quadro da conceção da EDL e da **preparação da candidatura** assentou em várias iniciativas e meios de mobilização dos parceiros ao longo da atividade da ADAE Rural 2020 no terreno, resultado da interação com os parceiros e ainda com outros agentes locais, tendo culminado com três workshops, para além da Assembleia de Parceiros, conforme ata da Assembleia de Parceiros, folhas de presença e fotos constantes no separador 9 do formulário de candidatura.

Destaca-se a realização dos **workshops**, envolvendo os parceiros da DLBC e outras partes interessadas locais, como forma de “fechar” este processo, tendo em vista a recolha de contributos para o diagnóstico (designadamente, para a definição dos conteúdos da matriz SWOT), os objetivos e eixos estratégicos e, num a respetiva validação das bases estratégicas e discussão das intervenções futuras, de forma a dar resposta às necessidades. Os workshops realizaram-se em territórios diferenciados (Vieira de Leiria, Leiria, Batalha, tendo em vista potenciar a participação dos diferentes agentes locais e a parceria.

Em cada workshop participaram cerca de duas dezenas de parceiros, incluindo representantes da ADAE (entidade gestora), da comunidade intermunicipal, dos municípios, das freguesias, das associações representativas das atividades económicas, de empresas e de profissionais representativas das atividades económicas, agência regional de energia, associações culturais, de solidariedade social, caixa de crédito Agrícola Mútuo, Misericórdias, atividades turísticas, e ainda cidadãos em nome individual.

Foi ainda estruturado um **questionário**, distribuído por via eletrónica aos vários parceiros e agentes locais (conforme mail constante do ponto 9 do formulário de candidatura) com intuito de alargar a participação na conceção da EDL a todos os que não puderam estar presentes nos workshops e também dar oportunidade aos que estiveram presentes, de se pronunciarem e contribuírem de forma mais consubstancial, reforçando e aprofundando as contribuições feitas nesses encontros de trabalho. O questionário teve a seguinte estrutura:

- “1. Quais são, na sua perspetiva, as principais:- Potencialidades;- Constrangimentos;- Oportunidades;- Ameaças; para as comunidades, o território e a economia local das zonas rurais da área de intervenção?”
2. Quais devem ser, na sua perspetiva, os focos temáticos (bandeiras) para responder aos principais problemas e favorecer o desenvolvimento destas zonas, com impacto ao nível da qualidade de vida e da geração de riqueza à escala local (para os habitantes, as pequenas empresas e atividades económicas locais, as associações...)?
3. Indique, caso entenda oportuno, uma ou duas ideias concretas de linhas de ação ou projetos/medidas, enquadrada(s) nos focos temáticos indicados, que possa(m), eventualmente, vir a integrar o futuro plano de implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local da ADAE.”

Foram recebidas 21 respostas ao inquérito, na quase totalidade dos casos, dadas por parceiros da Parceria ADAE Rural 2030.

Foram também realizadas várias **reuniões de trabalho e encontros mais informais** para organização de todos os contributos recebidos e para a estruturação da estratégia, .

No sentido de induzir uma **participação efetiva da Parceria** e o interesse frequente na implementação da EDL por parte das diversas entidades envolvidas, é fundamental o papel dos **interlocutores** de cada entidade, atribuindo assim um papel ativo a cada parceiro, em cada momento da vida da Parceria. Com este **modelo de proximidade**, pretende-se criar condições de facilitação para uma **atuação concertada** de todos os agentes no território, permitindo assim um maior envolvimento de todos, o conhecimento das atividades a desenvolver e uma participação ativa nas mesmas, de modo a acrescentar valor ao conjunto das intervenções.

## 7. Articulação da EDL com os referenciais estratégicos

### 7.1. Estratégias regionais

A EDL encontra enquadramento na estratégia **Centro 2030**, dando resposta, especialmente, aos desafios “da redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atratores de iniciativas, de jovens e de investimento”, “de promover a resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de stresse hídrico em que tais territórios estão mergulhados”, “da capacidade de transformação do conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular em capacidade alargada de geração de projetos” e “de incrementar a variedade relacionada e a progressão na cadeia de valor induzidas pela RIS3 do Centro e o alargamento da base territorial dos processos de descoberta empreendedora”.

Entre as prioridades estratégicas definidas no Centro 2030, a DLBC contribuirá, em particular, para “Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região” e “Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização (...), incluindo a integração de modelos de negócio para a economia circular, a transformação de modos de produção agrícola e florestal e mudança no paradigma energético”.

Os elementos de focagem da estratégia da DLBC\_ADAE encontram-se também claramente alinhados com duas das “plataformas de inovação” definidas na **Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro** (EREI Centro): “valorizar recursos endógenos naturais”, onde se incluem, entre outros, a água, o solo, a floresta e outros recursos biológicos e agroalimentares e “promover inovação territorial”, que assenta no “reconhecimento da importância da mobilização do potencial endógeno para a promoção do crescimento

económico e para a sustentabilidade ambiental, e, por outro, da valorização indispensável das redes de proximidade geográfica no processo de inovação”. Por outro lado, entre os domínios diferenciadores estabelecidos na EREI, estão os Recursos naturais e Bioeconomia (subdomínios Água, Floresta, Agroalimentar) e Cultura, Criatividade e Turismo, domínios centrais da estratégia da DLBC Rural.

No que respeita às atividades turísticas, destaca-se o **Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030**, que, num conjunto de 5 *drivers* orientadores da estratégia inclui “Destino – Território”, associado a “Promover o desenvolvimento integrado, sustentado e coeso do território”. A linha estratégica de ação associada a este *driver*, “Sustentabilidade, Alterações Climáticas, Mobilidade, Coesão e Valorização Territorial” visa “Valorizar, preservar e garantir a autenticidade e sustentabilidade da Região Centro e das suas comunidades, assim como fomentar e consolidar as redes colaborativas e dinâmicas institucionais, as acessibilidades, a circulação e a mobilidade no território (intra- e inter-regional) dos visitantes e residentes, antecipando o seu posicionamento face aos efeitos das alterações climáticas”, objetivo para o qual contribuem as linhas de ação desta EDL. Entre os pilares estratégicos estabelecidos no Plano estão a “Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos” e a “Natureza, Wellness, Turismo Ativo e Desportivo e Mar”, reconhecendo a oferta variada de produtos turísticos associados a estes dois pilares na região Centro – e que podemos encontrar igualmente na área de abrangência territorial EDL. Aliás, o Plano destaca, na CIM Leiria, a oferta consolidada ao nível do Património Material e ao nível da Natureza e Mar.

A **Estratégia Regional de Cultura 2030** evidencia o papel da Cultura e da Criatividade na construção de territórios mais resilientes, atrativos e inspiradores. Nesta estratégia é definida uma intervenção em quatro grandes objetivos estratégicos para os próximos dez anos, a saber: Património. Reabilitar; Museus. Modernizar; Conteúdos. Criar e Acesso. Democratizar. Estes dois últimos objetivos visam criar condições para a promoção da criatividade dos territórios, considerando estrategicamente a promoção das artes performativas e das artes visuais, o incremento da tecnologia e digitalização, o desenvolvimento de redes artísticas e a promoção das artes e ofícios tradicionais (“Saber Fazer Português”). O documento estratégico define ainda um conjunto de ações prioritárias que incluem linhas de financiamento para eventos culturais, fixação de artistas, rede de residências artísticas e espaços de criação e programação artística, apoio às atividades artesanais (Saber Fazer tradicional), entre outras. A estratégia ADAE RURAL 2030, encontra-se enquadrada nesta estratégia regional, pretendendo também dar resposta e contribuir para estes objetivos de apoio às atividades artesanais, aos eventos culturais e à promoção e dinamização das indústrias criativas no território.

## 7.2. Estratégias sub-regionais

A este nível, a estratégia da DLBC\_ADAE alinha-se com os quatro eixos da **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da CIM Região de Leiria**, a saber: Reforço da coesão territorial, por via da estruturação de serviços e de políticas de desenvolvimento que permitam a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida da população; Reforço da inovação e qualificações; Reforço da competitividade territorial e económica; e Reforço da resiliência e da neutralidade carbónica. Nesse sentido, a EDL contribui diretamente para a visão preconizada pela EIDT da CIM Região de Leiria: “Em 2030, a região de Leiria será uma referência de coesão e resiliência, caracterizada pela proativa gestão do território e do conhecimento como fatores de diferenciação e competitividade”. O alinhamento com a EIDT é igualmente perceptível no quadro dos projetos estruturantes definidos para a CIM Leiria, onde se incluem o “Reforço de fileiras de especialização” identificadas como domínios diferenciadores na EREI e o “Desenvolvimento territorial sustentável”, incluindo o “reforço dos apoios à cultura e à valorização do património cultural material e imaterial, elemento âncora na identidade local e desenvolvimento turístico”.

Por outro lado, a EDL Rural complementa a **estratégia de desenvolvimento DLBC Mar**, consensualizada pela parceria ADAE MAR 2030 que, em fevereiro de 2023, formalizou a candidatura (já aprovada) a Reconhecimento dos GAL e seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (2021-2027). Com efeito, a proposta preconizada pela DLBC Rural partilha a visão para o horizonte temporal 2030 da DLBC Mar: “Um território próspero para todos, em que a economia rural e a economia azul complementam e enriquecem a dinâmica dos setores industrial e dos serviços. Uma comunidade solidária, eficiente e inovadora na forma como utiliza os seus recursos e valoriza o seu património, com base no conhecimento e mobilizando as oportunidades que se abrem ao território”. De igual modo, contribui para os quatro objetivos globais

estabelecidos: reforçar a competitividade e fomentar o emprego nas atividades económicas; promover uma gestão mais sustentável dos recursos naturais; promover o desenvolvimento sociocultural; e dinamizar e capacitar os atores locais.

Ainda no domínio sub-regional, importa referir o **Plano de Ação da Rede Rural Nacional - Região de Leiria**, concebido no quadro do **Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável**, por uma Parceria liderada pela ADAE. A DLBC Rural contribui para os objetivos deste plano: Contribuir para a boa aplicação, acompanhamento e avaliação das medidas de política de desenvolvimento rural; Promover a participação e o trabalho conjunto entre os agentes do desenvolvimento rural; Transferir boas práticas e novos conhecimentos para qualificar a intervenção dos agentes de desenvolvimento rural; Promover o consumo e a produção de produtos de proximidade, contribuindo para a promoção dos produtos agroalimentares portugueses; Contribuir para o nível de adesão à Dieta Mediterrânica; Fomentar o consumo de produtos em equilíbrio com os princípios da Dieta Mediterrânica; Melhorar a qualidade nutricional da oferta alimentar e combater a precariedade alimentar; Apoderar as comunidades para a realização de escolhas alimentares que contribuam para a mitigação das alterações climáticas, a agricultura circular, territórios mais sustentáveis e zonas rurais revitalizadas;

### 7.3. Outros referenciais

Há ainda um conjunto importante de outros referenciais estratégicos, de âmbito nacional e europeu, onde a DLBC Rural encontra enquadramento, designadamente nos domínios do sistema agroalimentar, das atividades associadas ao turismo, entre outros. Destacam-se alguns referenciais mais relevantes, tendo em conta a focagem estratégica da DLBC Rural.

**Estratégia Europeia do Prado ao Prato** para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente, que visa assegurar uma produção alimentar sustentável; garantir a segurança alimentar; estimular práticas sustentáveis de transformação alimentar, de comércio grossista e a retalho, de hotelaria e de serviços de restauração; promover o consumo sustentável de alimentos e facilitar a transição para regimes alimentares saudáveis e sustentáveis; reduzir as perdas e o desperdício alimentares; lutar contra a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento alimentar.

**Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável** centrado em: Estímulo à produção nacional; Adoção de sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis promovendo as cadeias curtas de abastecimento; Valorização dos produtos de qualidade e da Dieta Mediterrânica; Sensibilização e Aconselhamento aos consumidores e à população em geral para a adoção de uma alimentação nutricionalmente equilibrada e para o consumo de produtos de época e de carne de pequenos ruminantes.

**Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica**, que visa: Fomentar a expansão das áreas de Produção Biológica nos setores da Agricultura, da Pecuária e da Aquicultura; Aumentar a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares obtidos em Produção Biológica; Desenvolver a procura de produtos biológicos, através da estruturação das fileiras, a abertura de novos mercados, a promoção da sua notoriedade, da sua disponibilidade e do reforço da confiança e credibilidade junto do consumidor; Promover o conhecimento e elevar o nível de competências sobre o Agricultura e Produção Biológica nas condições edafoclimáticas específicas nacionais; Dinamizar a inovação empresarial e a disponibilidade de informação estatística, de mercado e de apoio técnico à produção agrícola, pecuária e aquícola Biológica.

**Estratégia Turismo 2027**, cuja visão está associada a sete desígnios, incluindo “Portugal, destino sustentável”, preconizando o desenvolvimento turístico assente na conservação e na valorização do património natural e cultural identitário e contribuindo para a permanência e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local; e “Portugal, território coeso”, refletindo a intenção de que a procura turística aconteça em todo o território nacional de forma mais homogénea e contribua para a coesão social. Refira-se ainda dois dos eixos estratégicos estabelecidos: “valorizar o território e as comunidades” e “impulsionar a economia”, vetores que se encontram igualmente incorporados na estratégia DLBC Rural.

**Plano Estratégico da PAC para Portugal 2023-2027**, através do qual será apoiada a implementação da estratégia da DLBC, cuja focagem visa “promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no sector da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento

local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável”, um dos objetivos daquele plano, contribuindo assim para o cumprimento das respetivas metas.

**Programa de Transformação da Paisagem**, uma estratégia para os territórios vulneráveis da floresta com elevada perigosidade de incêndio, que assenta na seguinte visão: os territórios da floresta como referencial de uma nova economia dos territórios rurais de baixa densidade; que valoriza o capital natural e a aptidão dos solos; que promove a resiliência do território e que assegura maiores rendimentos, através de processos participados e colaborativos e de base local e da capacitação de atores e instituições. São também objetivos do PTP incentivar os produtores a melhorar a gestão das suas explorações e desenhar a paisagem desejável para dar resposta aos desafios das alterações climáticas. A Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, identifica 10 das freguesias da área de intervenção do DLBC ADAE Rural 2030 como “territórios vulneráveis”, podendo ser algumas das medidas programáticas do PTP.

Refira-se ainda a complementaridade da DLBC com diversos instrumentos de programação, como referimos na secção 5.

## 8. Áreas de intervenção e contributo para os resultados esperados

Embora a estratégia aqui apresentada seja de espectro alargado, correspondendo também aos interesses e contributos específicos dos membros da Parceria ADAE, é fundamental que a sua focagem em dois Eixos (+Valor - a competitividade do mundo rural e +Capaz - a coesão socio-territorial), que foi justificada na secção 5 deste documento, se traduza numa intervenção suficientemente robusta para gerar resultados. De facto, embora as áreas de intervenção sejam diversificadas, elas correspondem ao apoio a operações (projetos de natureza coletiva ou individual) multidimensionais.

Assim, o plano de ação específico a desenvolver para a EDL (na fase seguinte do processo de preparação do DLBC Rural) centrar-se-á nas 10 áreas de intervenção enquadradas nos 4 enfoques temáticos definidas na secção 5 deste documento, perspetivando-se uma alocação de recursos financeiros do FEADER aos resultados apresentados na tabela seguinte (com maior detalhe no formulário de candidatura).

### ALOCACÃO DE VERBAS FEADER AOS RESULTADOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

|                                                                                                                                                                                                                                                                         | <i>Enfoque 1: Criação de valor no território</i> | <i>Enfoque 2: Integração de toda a cadeia de valor</i> | <i>Enfoque 3: Animação do território e responsabilidade</i> | <i>Enfoque 4: Gestão sustentável</i> | <b>TOTAL (%)</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC                                                                                                                                                                     | 9                                                | 3                                                      |                                                             |                                      | 12               |
| R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC                                                                                                                            | 12                                               | 3                                                      |                                                             |                                      | 15               |
| R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas -                                                                                                                                                                 |                                                  | 3                                                      |                                                             |                                      | 3                |
| R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC                                                                                                                                 |                                                  | 1                                                      | 5                                                           |                                      | 6                |
| R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados                                                                                                                                                                |                                                  |                                                        | 13                                                          |                                      | 13               |
| R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos;                                                          | 5                                                | 2                                                      |                                                             | 4                                    | 11               |
| R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC; | 3                                                | 10                                                     | 2                                                           |                                      | 15               |
| R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW);                                                            | 1                                                | 1                                                      |                                                             | 3                                    | 5                |
| R.17 - Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agro-silvicultura e restauração, com respetiva repartição                                                                                                                                                |                                                  |                                                        |                                                             | 6                                    | 6                |
| R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal                                                                                                                                              | 5                                                | 2                                                      |                                                             | 7                                    | 14               |
| <b>Total de alocação de recursos financeiros da EDL (%)</b>                                                                                                                                                                                                             | <b>35</b>                                        | <b>25</b>                                              | <b>20</b>                                                   | <b>20</b>                            | <b>100</b>       |

9. Do diagnóstico da situação do território apresentado no ponto 2, verifica-se que existem desafios de desenvolvimento local a alcançar e para tal, estão organizados em dois âmbitos, como garantir a criação e a fixação de valor nas comunidades e como atrair e fixar, no território, residentes, visitantes, empreendedores e trabalhadores. Assim, para responder a estes desafios e também às necessidades identificadas, adotaram-se para a EDL dois objetivos gerais:

Objetivo 1 - Promover a competitividade das atividades económicas ligadas ao espaço rural, em sentido amplo, abrangendo todo o ciclo, da produção ao consumo, e adotando a perspetiva de economia-sociedade circular que caracteriza o mundo rural;

Objetivo 2 - Fortalecer a identidade, a autoestima e a coesão social e territorial na Alta Estremadura, estimulando a responsabilidade social territorial das empresas e organizações, inseridas ou não nas cadeias produtivas rurais.

Estes dois objetivos serão alcançados através da adoção dois Eixos Estratégicos (**+Valor** e **+ Capaz**) abrangendo quatro focos temáticos de natureza integrada (e não setorial), que por sua vez são declinadas em diversos objetivos mais específicos e áreas de intervenção:

- **Eixo +Valor:** um território rural com valor acrescentado, da produção ao consumo, com dois enfoques temáticos:

Enfoque 1: Criação de valor no território a partir da diversificação das atividades de exploração sustentável de recursos endógenos e ativos territoriais, fortalecendo as fileiras da agricultura, agroalimentar, floresta e turismo. Tem os seguintes objetivos e áreas de intervenção:

- a. apostar na geração de valor a partir da grande variedade de recursos e produtos, disponíveis e potenciais, entendendo esta diversidade como uma vantagem competitiva, por contraponto a estratégias de especialização excessiva num número limitado de ativos;
- b. promover atividades económicas com maior potencial de valorização desses ativos e diversificação da base económica rural, como a agricultura e toda a fileira agroalimentar, a exploração multifuncional da floresta, o turismo em espaço rural, a produção artesanal e os pequenos negócios de comércio e serviços de apoio às atividades agroflorestais, entre outras, promovendo a criação de emprego, gerando riqueza e fixando população.

Enfoque 2: Integração de toda a cadeia de valor, da produção ao comércio e consumo, apostando na inovação de processos e produtos e na consolidação de uma imagem de marca distintiva do território. Integra os seguintes objetivos e áreas de intervenção:

- a. apoiar a exploração de mercados, de proximidade ou longínquos, otimizando e diversificando os canais de promoção e escoamento de produtos frescos ou transformados, incluindo a criação de cadeias curtas, parcerias com o comércio e distribuição e os setores HORECA;
- b. promover a inovação, através do apoio à criação de serviços mais avançados, como a valorização de resíduos para a economia circular, o design de produto e embalagem, o marketing digital e a logística (empresarial, integrada e inversa) e da aposta em projetos-piloto de transição inteligente na exploração de ativos tradicionais, incluindo a criação de projetos-piloto de smart villages e a geração de valor através da articulação da economia do mar com a economia rural;
- c. promover e divulgar a paisagem, a produção, o comércio, o artesanato e a gastronomia locais, consolidando uma imagem de marca distintiva deste “território alimentar”;

- **Eixo +Capaz:** território rural responsável, com os seguintes enfoques temáticos:

Enfoque 3: Animação do território, promovendo a responsabilidade social territorial das organizações, a capacitação dos agentes e a inclusão social. Integra os seguintes objetivos e áreas de intervenção:

- a. dinamizar o território do ponto de vista social e institucional, apoiando:
  - a cooperação e o associativismo no mundo rural, incluindo as organizações que estão focadas nas atividades económicas, na ação social para a inclusão ou para a igualdade, na dinamização cultural e desportiva ou na conservação da natureza;

- iniciativas em rede para a capacitação das organizações e das pessoas, com especial incidência na promoção do conhecimento e práticas sociais, económicas e ambientais responsáveis, incluindo a perspetiva da promoção de uma vida saudável física e mentalmente;

- a cooperação entre grupos de ação local, em Portugal e com outros países europeus, no sentido da partilha de boas práticas e da otimização de recursos, gerando áreas de trabalho em comum e dinamizando redes temáticas; um exemplo concreto é o da criação e reconhecimento do Geoparque de Aire & Candeeiros, envolvendo os GAL ADAE, ADIRN, LEADER OESTE e APRODER;

- b. estimular as melhores práticas de responsabilidade social territorial nas organizações e empresas da região ao nível das condições de trabalho, promoção da igualdade de oportunidades, conciliação da vida profissional e familiar, do seu relacionamento com os fornecedores e clientes (preços justos, estabilidade contratual, garantia de qualidade, circularidade dos fluxos de mercadorias, valorização dos produtos de proximidade), da participação em processos de animação sociocultural (apoio a iniciativas coletivas, ao associativismo, ao voluntariado e à promoção do património cultural material e imaterial) e da adoção de soluções ambientais e energéticas sustentáveis;
- c. promover a inclusão e a cidadania das pessoas com deficiência, através da implementação de projetos simultaneamente valorizadores das suas competências e com fins terapêuticos;
- d. atrair e fixar população no meio rural, através da geração de oportunidades profissionais e da disponibilização de serviços para a qualidade de vida, visando a satisfação pessoal e social dos residentes

Enfoque 4: Gestão sustentável dos recursos e do território. Tem o seguinte objetivo e áreas de intervenção:

- a. difundir práticas de gestão sustentável dos espaços agrícolas e florestais e dos recursos naturais, contribuindo para a preservação e valorização da paisagem e do património natural.

Conforme descrito, os focos temáticos e áreas de intervenção adotados, apesar de abrangentes, correspondem a escolhas e respondem a necessidades concretas da EDL, que vão contribuir para os resultados identificados na tabela indicada no ponto anterior.